

O DIÁLOGO ENTRE FATORES POLÍTICOS E EPISTEMOLÓGICOS NA FORMACAO DO CAMPO DA COMUNICACAO NO BRASIL*

Policy and Epistemological Aspects of the Foundations of
Communication Research in Brazil

Luís Mauro Sá Martino

Doutor em Ciências Sociais pela Pontificia Universidade Católica de São Paulo – Brasil, 2004. Professor no PPG em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero – São Paulo, Brasil.

lmsamartino@gmail.com

Faculdade Cásper Líbero – Avenida Paulista, 900, 5º Andar. 01310-940
Sao Paulo – SP Brasil

* Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no GT Epistemologia da Comunicação do I Congresso Mundial Ibero-Americano de Comunicação – Confibercom. O autor agradece as críticas e os comentários dos participantes do GT, que resultaram em substanciais alterações no texto.

RESUMO

Este artigo delinea, com base em pesquisa bibliográfica, as relações entre as condições político-acadêmicas e os fundamentos epistemológicos da área de Comunicação no Brasil. Busca-se traçar um paralelo entre esses dois elementos, observando os fatores políticos e as demandas do mercado da Comunicação presentes no momento do estabelecimento da área como espaço de investigação epistemológica. Não se procura reduzir o epistemológico ao político, mas sublinhar a ressonância de alguns aspectos político-acadêmicos na constituição epistemológica da área, destacando uma aparente assimetria entre a consolidação institucional e a dispersão teórico-metodológica do campo. O texto propõe uma reflexão no sentido de indicar que o debate epistemológico atual pode ser uma trilha de consolidação político-epistemológica da área.

Palavras-Chave: Comunicação. Epistemologia. Política. Teorias da Comunicação.

ABSTRACT

This paper outlines the relationship between academic policy and the epistemological foundations of Communication studies, drawing on bibliographical research. The text creates a studies between these elements, and aims to highlight the political and professional demand for Communication Studies when it was first established as an research area. This is not claiming that policy has determined the scientific. The goal is to highlight the resonance of political matters on communication Studies, particularly the gap between its institutional and epistemological aspects: Communication is a well-established academic degree, but it still lacks some epistemological foundations. The paper also argues that the current epistemological debate on Communication may put both aspects apace.

Keywords: Communication, Epistemology, Policy. Communication Theory.

RESUMEN

Este artículo describe, con base en una revisión bibliográfica, las relaciones entre las condiciones político - académicas y los fundamentos epistemológicos del área de la comunicación en Brasil.

El texto presenta un paralelo entre estos elementos, considerando los factores políticos y las demandas del mercado de la comunicación existentes al momento de crear un espacio epistemológico para la investigación en este campo. El trabajo no pretende reducir lo epistemológico a lo político, pero si subraya la importancia de los aspectos político-académicos en la

configuración epistemológica del área, poniendo de manifiesto la aparente asimetría entre la consolidación institucional y la dispersión teórica-metodológica del campo. El texto propone, entonces, una reflexión para que el debate epistemológico actual sea una oportunidad de consolidar este campo de estudio en el ámbito político.

Palabras clave: Comunicación. Epistemología. Política. Teorías de la Comunicación.

Recibido: 20 de diciembre de 2012

Aprobado: 28 de febrero de 2013

INTRODUCAO

As políticas de institucionalização dos saberes nem sempre estão visíveis nos debates epistemológicos. No entanto, a constituição dos saberes legítimos, na sociedade, está ligada às práticas institucionais de legitimação desses saberes. Como área de investigação, a epistemologia não se desvincula das condições de sua prática.

Este texto delinea algumas das relações entre as políticas institucionais de formação e problemas epistemológicos no campo da Comunicação. Procura-se desenhar um paralelo, uma espécie de ressonância, entre as condições político-acadêmicas de consolidação institucional da Comunicação e suas características teórico-epistemológicas.

O argumento abrange três momentos. Examinam-se alguns dos fatores políticos e acadêmicos presentes durante a institucionalização do campo da Comunicação no Brasil e sua consolidação. Em seguida, sugere-se que esse processo não aconteceu no mesmo ritmo da discussão sobre os fundamentos epistemológicos da área, formada em um primeiro momento por necessidades imediatas. Finalmente, argumenta-se que o debate contemporâneo sobre Comunicação vem oferecendo uma contrapartida epistemológica a essa consolidação universitária.

Busca-se, aqui, compartilhar perguntas a respeito de uma aparente convergência de fatores do que propriamente encontrar respostas. Ao se remontar a um momento na genealogia da área de Comunicação, procura-se explorar apenas uma das linhas possíveis no emaranhado de fios históricos e factuais presentes no momento em que a Comunicação se consolida como espaço profissional e área de pesquisa no Brasil.

Ao se restringir a problemática ao caso brasileiro, não se está deixando de lado que a ausência de consenso na epistemologia da Comunicação a respeito de seu objeto, método e teorias parece ser uma questão presente também em outros países, nos quais as condições político-acadêmicas foram diversas (Villanueva, 2010). Ao se procurar as especificidades do caso brasileiro, deve-se sublinhar, logo de início, que não se trata de estabelecer uma relação causal, mas observar como o epistemológico e o político correram paralelos, com ressonâncias e influências mútuas. Os problemas epistemológicos esbarram, de tempos em tempos, nas políticas institucionais e mesmo governamentais que, de algum modo, influenciam uma área do saber (Bourdieu, 1983; Foucault, 2001).

As definições epistemológicas podem ser vistas de outro aspecto quando questionadas a partir das políticas institucionais de legitimação de um saber – nos momentos em que se pergunta, por exemplo, a respeito da “aderência” de um tema, um profissional ou um projeto à área, ou quando se atribui peso às

publicações acadêmicas de um Programa de Pós-Graduação (Santaella, 2003). A disciplinarização, para Sholle (1995, p. 130) funciona como um aparato que auxilia a formar comunidades que produzem conhecimento e geram capital cultural. Ela “justifica a existência” dos acadêmicos da área.

Levando em conta a advertência de Ferreira (2003), não se trata de reduzir o acadêmico ao político e encontrar a chave para problemas epistemológicos no social. O que se busca é sublinhar o paralelo entre alguns elementos de caráter político-ideológico e a constituição do epistemológico. Se isso poderia ser um exercício de sociologia da ciência, embora não reivindique essa denominação, é na tentativa de compreender o epistemológico, sem a tentativa de redução.

O que, a princípio, poderia constituir um uso simplificado de uma análise do campo acadêmico da Comunicação seria a tentação de ver, na dinâmica de forças que constitui a área, a chave para todos os problemas epistemológicos – dizer, por exemplo, que a eleição de métodos ou objetos de estudo deve-se apenas a efeitos de campo e nada mais (Bourdieu, 1983; Lopes, 2003).

O exame do assunto comporta várias dimensões que se entrecruzam: as relações entre ensino de Jornalismo e a posterior transformação em ensino de Comunicação; entre pesquisa acadêmica e formação técnica; entre definições epistemológicas e demandas político-econômicas, e assim por diante. O esforço, aqui, será o de tentar desembaraçar alguns desses fios. Não há pretensão de ineditismo uma vez que o tema tem lugar nas reflexões epistemológicas sobre Comunicação.

Em primeiro lugar, situaremos o espaço das questões políticas no atual debate epistemológico. Em seguida, será feito um exame das condições políticas presentes na formação do Campo da Comunicação. Por último, procura-se observar como essas condições se ligam a algumas condições epistemológicas da área.

O espaço da dimensão política no debate epistemológico

Em sua análise do campo da Comunicação, Barbosa (2004, p. 35) recorda que “... todo campo de saber é também um campo de poder” e menciona a “...delimitação do campo da comunicação por questões não inerentes e próprias às relações teóricas e metodológicas da área”. Ou, nas palavras de Lopes (2003, p. 279), “... conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos”.

No que diz respeito à ligação dos domínios político e acadêmico, Fuentes Navarro (1994), retomado por Montardo (2010), indica que a noção de campo acadêmico envolve, além das instituições de ensino superior, “...questões teóricas, investigativas, pontos a respeito da formação universitária e concernentes à profissão”. No mesmo sentido, Korman Dib, Aguiar e Barreto (2010) estudam detalhadamente as relações entre formação profissional e demandas de mercado,

e recordam, citando Meditsch (1999) a dimensão política dessas definições a partir da atuação do Ciespal na América Latina nos anos 1960.

Efendy Maldonado (2002, p. 4) aponta que a “fraqueza teórica/epistemológica” da Comunicação tem, em suas origens, o fato de que o “...campo midiático construiu-se intensamente vinculado ao poder político hegemônico em todas as partes do mundo”. Na América Latina, especialmente, “...sua instauração, organização e desenvolvimento esteve vinculada aos projetos autoritários, populistas e ‘coronelistas’ com apoio do complexo militar/industrial estadunidense”.

Destaca-se, desse modo, um contraste entre o alto grau de institucionalização das pesquisas em Comunicação no Brasil e a ausência de consenso a respeito de algumas das premissas epistemológicas fundamentais da área, conforme apontado por Lima (2001).

De um lado, são cerca de quarenta programas de pós-graduação *strictu sensu* no país, a maior parte deles com boas avaliações da parte dos órgãos responsáveis. Além disso, sociedades científicas e centros de pesquisa promovem o desenvolvimento de estudos sobre as mais diversas temáticas, divulgando sua produção em periódicos, seminários, encontros e congressos de variados tamanhos.

De outro, é possível notar a ausência de consenso sobre questões fundamentais de suas premissas epistemológicas. O exame da bibliografia sobre teorias da Comunicação, bem como os “estados da arte” e os debates nos principais congressos internacionais da área indicam essa falta de consenso (Bryant & Thompson, 1998; Bryant & Miron, 2004; Martino, 2008, 2009).

Para além dessa crítica, o estabelecimento de algum consenso em torno de certas questões epistemológicas – como o objeto, os métodos e as teorias – parece necessário para estipular o que está “dentro” e “fora” da área. Uma primeira consequência institucional se faz visível: diante de um projeto de pesquisa, seja de iniciação científica, mestrado ou doutorado, como decidir se a proposta pertence ou não à Comunicação? (Santaella, 2003). Há casos evidentes, mas a indefinição aumenta quando se está nas fronteiras entre Comunicação e outras áreas e a investigação talvez deva partir de um breve exame da forma como o campo se formou.

A dimensão político-econômica na constituição da área

Uma das origens dessas condições pode ser delineada quando se observa, em linhas gerais, a institucionalização acadêmica da Comunicação no Brasil. A constituição do campo da comunicação, no sentido atribuído por Braga (2001), pode ter dado menos destaque à formação teórica, ressalta Mattos (2007, p. 51)

“...por ter sido impulsionado por demandas pragmáticas de formação de mão de obra para atuar no emergente mercado das indústrias culturais no Brasil”.

Se o reconhecimento de uma área do saber advém, entre outros fatores, da conquista de espaços junto aos pares, há lugares precisos a serem ocupados que garantem ao ocupante o reconhecimento e a valoração responsáveis por garantir sua existência – a “legitimidade acadêmica” da área.

No caso da Comunicação, essa institucionalização esteve diretamente ligada a fatores políticos da época em que aconteceu. O primeiro curso de Jornalismo, da Cásper Líbero, foi criado em 1947, atrelado à Faculdade de Filosofia de São Bento, que futuramente seria vinculada à PUC/SP. É cedo, no entanto, talvez, para se falar de uma “área acadêmica” da Comunicação, tendo em vista que o curso de Jornalismo parecia manter um caráter sobretudo técnico na formação de profissionais, atendendo a uma demanda imediata.

Os cursos universitários propriamente de Comunicação, chamados “Comunicação Social”, são implantados em 1969, agregando-se, sob essa rubrica, os cursos de Jornalismo, Publicidade & Propaganda, Relações Públicas, Editoração e Cinema – a área é considerada estratégica pelo governo do período (Romancini, 2006, p. 92). A legitimidade institucional da área da Comunicação, nesse aspecto, parece ter sido pensada menos partindo da definição de fronteiras do saber do que com base em necessidades estratégicas de um regime político – é sintomático que o decreto-lei regulamentando os cursos de Jornalismo tenha sido fixado pelo Estado Novo, em 1943, e sua transformação em Comunicação Social aconteça em 1969 (Romancini, 2006, p. 91; Afonso, 2006, p. 35). A presença do Estado, na época, revela-se, ainda que indiretamente, no que Ferreira (2007, p. 42) chama “...inscrição da burocracia estatal nos atos de instituição do campo cultural”.

Não se deixa de levar em conta, aqui, as demandas profissionais bastante sérias pelo ensino de jornalismo na busca de qualidade e reconhecimento profissional (Melo, 1974). No entanto, não parece ter existido força política para levar isso adiante. A institucionalização da área poderia ser vista como um fator que colocou em pauta uma problemática epistemológica para definir uma área criada a partir das demandas institucionais e de mercado.

Falando sobre a origem das pesquisas nos Estados Unidos, da qual em grande parte derivam as brasileiras, Venício Lima (2001, p. 35) ressalta sua “origem instrumental”, seja “profissionalizante”, para atender aos interesses do jornalista e da imprensa, seja ideológico-política ou comercial, subordinada aos interesses do Estado e dos anunciantes. O autor indica, em outro texto (Lima, 1991, p. 160), “...uma relação inversa entre a expansão institucional da área e o desenvolvimento teórico”. Para o autor, “...a comunicação passou a ser entendida e definida em termos das profissões e do espaço institucional que ocupa nas universidades e não de forma teórico-conceitual”.

Como exemplo dessa assimetria na relação institucional-epistemológica, Peruzzo (2002, p. 12), menciona que o aumento no número de cursos de Comunicação levou, entre outras coisas, à “...criação de cursos nem sempre adequadamente estruturados: ênfase em matérias teóricas, às vezes ministradas por docentes sem a devida conexão com a área da Comunicação”. Mas mesmo a consolidação institucional não ficou isenta de problemas de ordem política vinculados a questões epistemológicas. Como recorda Décio Pignatari (1967), ao se referir à formação do curso da Universidade de Brasília, mesmo a nomenclatura “Comunicação Social” aparece como uma tentativa de estipular um marco teórico nacional em oposição à norte-americana “mass communication” ou à francesa “communications”. A institucionalização não pareceu dedicar muito espaço às definições sobre um corpo teórico-metodológico ou o objeto de investigação. Ao optar por denominar a carreira “Comunicação Social”, abria-se um leque de pesquisas bastante variado.

Nesse sentido, ao retomar brevemente um ponto na genealogia do campo, é possível notar que a indefinição a respeito do estudo dos fenômenos comunicacionais parece datar da própria origem do campo. Uma vez institucionalizados na forma de cursos universitários, torna-se necessária a definição de uma formação teórica a respeito do assunto Comunicação. No entanto, o exame de alguns livros de Teoria da Comunicação publicados entre 1967 e 1986 sugere que não havia praticamente nenhum consenso a respeito do alcance e dos limites do estudo da Comunicação (Martino, 2010). Dessa maneira, a demanda universitária parece ter se deparado com um problema prático, o emaranhado de problemáticas teórico-epistemológicas com as quais o campo nascente precisava lidar para dar conta de sua institucionalização.

Em linhas gerais, os cursos de Comunicação derivam dos cursos de Jornalismo. Essa passagem não ocorre de maneira abrupta, mas partindo de uma necessidade de consolidação e legitimidade profissional e encontra sua realização na regulamentação da “Comunicação Social” em 1969. Nesse panorama, um dos resultados é um certo descompasso entre a institucionalização da Comunicação e a definição dos saberes a serem abarcados dentro de suas fronteiras (Peruzzo, 2003). Assim, em um balanço sobre os cursos de Comunicação publicado na *Revista de Cultura Vozes*, de 1972, é possível encontrar o comentário de um professor:

Disciplinas com títulos pomposos e obscuros como ‘Fundamentos Científicos da Comunicação’, ‘Fundamentos Antropológicos e Psicológicos da Comunicação’, ‘Comunicação Semântica’, permitiam aos seus docentes total liberdade no assunto a ser lecionado ... Pois, de fato, ninguém até hoje conseguiu dar contornos definidos às muitas áreas e teorias que agrupamos com o nome de ‘teoria da comunicação’. Eu me pergunto inclusive se é possível alguma definição aí (Doria, 1972, p.599).

E, talvez mais representativo dos problemas da época, a menção ao depoimento verbal de um aluno, citado na mesma edição, alegando que o diploma de Comunicação seria “...um diploma de nada, porque uma Escola de Comunicação é uma escola de nada, é uma escola onde se leciona de tudo, tudo e nada” (Doria, 1972, p. 599). Como afirma L. C. Martino, a entrada dos estudos de comunicação no ambiente intelectual “...não se deveu à consistência de sua fundamentação teórica, mas a uma forte demanda social” (Martino, L. C. 2001, p. 51; Cf. também Romancini, 2006, p. 91).

Assim, parece se delinear a ligação entre o que se apresenta como uma institucionalização ocorrida em paralelo com uma certa dispersão dos pressupostos da área. Isso leva à pergunta, seguindo a trilha proposta neste texto, a respeito de quais seriam os elementos ao redor dos quais se agruparam saberes na constituição da área de Comunicação. Se, institucionalmente, havia uma área, quais opções teórico-metodológicas e epistemológicas orientavam sua formação?

Seriam, portanto, as fronteiras da área de Comunicação criadas apenas com base em critérios político-acadêmicos, elementos exógenos às preocupações propriamente epistemológicas da área? Ou haveria, por outro lado, fatores específicos de um estudo propriamente *comunicacional* que justifique sua separação de outras áreas do saber? Finalmente, se a Comunicação é uma área *transversal* entre outros saberes, pode se perguntar qual área do saber *não é* transversal, recorrendo a saberes de outras áreas sob a prevalência ou polaridade de um recorte – nesse caso, qual seria a especificidade do recorte próprio da Comunicação? É o que será observado no próximo item.

A DISPERSÃO EPISTEMOLÓGICA NA ÁREA E SUA CONSTITUIÇÃO

À consolidação acadêmica da área de comunicação parece corresponder um alto grau de dispersão no que diz respeito a autores, objetos, métodos e teorias adotados pelos pesquisadores. Nota-se uma dificuldade mesmo em datar o início dos estudos da área uma vez que a concepção de um momento fundador liga-se ao que se entende por “Comunicação”. A citação de um trecho de Streeter é longa, mas sintetiza algumas críticas sobre a área:

A comunicação de massa, costuma-se dizer, é meramente um campo aplicado, invariavelmente ligado aos interesses e necessidades de uma indústria (pouco respeitada, inclusive). Falta, à comunicação, fundamentos acadêmicos; não há um equivalente ao que na sociologia seriam Marx, Weber e Durkheim. Seu assunto é trivial, diz respeito a elementos comuns e sem importância – falta-lhe um Shakespeare. Na sua versão mais caricatural, a acusação diz que a graduação em comunicação é o lugar onde alunos de poucas habilidades intelectuais vão apresentar como operar câmeras e falar em uma FM (Streeter, 1995, p. 13).

Quando se pensa nas “origens antigas” (Hohfeldt, 2001; Melo, 2009), faria sentido datar o início dos estudos com *Arte retórica* de Aristóteles, autor do modelo “Emissor – Mensagem – Receptor” ou com a teoria dos signos de *A doutrina cristã*, de Agostinho. Outra opção, pensando nas “origens recentes” (Ferreira, G., 2001), é datar os estudos de Comunicação a partir do surgimento das mídias eletrônicas, já no século XX. O roteiro, nesse caso, é aquele trabalhado de maneira cronológica em vários livros de Teorias da Comunicação brasileiros (Martino, 2008).

Vale perguntar, no entanto, até que ponto se está falando, neste caso também, de teorias *da* Comunicação ou do uso de teorias *pela* Comunicação.

O exame da origem acadêmica dos autores usados na Comunicação indica que eles não estavam interessados em estudar especificamente “comunicação”, mas vinham de outras áreas e se dedicaram, por vezes brevemente, ao estudo dos meios de comunicação (Streeter, 1995, p. 191).

Assim, para ficar apenas com os exemplos mais citados em livros de Teoria da Comunicação, valeria lembrar que algumas das “teorias da comunicação” mais citadas são provenientes de autores ligados à pesquisa Política (Laswell, Lazarsfeld, McCombs), Sociologia (Merton, Lazarsfeld), Filosofia (Adorno & Horkheimer), Psicologia (Mead, Lewin) e Literatura (Benjamin, Barthes, Williams).

Em uma longa citação que enumera pontos principais, diz Sholle

A maior parte das pessoas trabalhando com fenômenos da comunicação de massa nos anos 1920 não teria imaginado uma disciplina separada chamada de ‘comunicação de massa’. Eles estavam trabalhando em disciplinas estabelecidas, usando técnicas e teorias das Ciências Sociais, aplicando-as à mídia e aos fenômenos sociais. Mesmo quando o campo da comunicação de massa se consolida nos anos 1940, sua interdisciplinaridade ainda predominante na prática não tinha uma coerência real; seu objeto, os meios de comunicação, são simultaneamente um texto, um efeito, uma prática, uma emissão, uma estrutura, etc.; suas metodologias são emprestadas das ciências sociais em geral; suas teorias, como se apresentam, são a versão retrabalhada de teorias sociais e psicológicas, ou de modelos circulares centrados sobre outros modelos pouco desenvolvidos de informação e ‘comunicação’ (Sholle, 1995, p. 133).

Os principais paradigmas e modelos teóricos usados na comunicação foram desenvolvidos *de fora*, a partir de interesses que convergiram momentaneamente para a Comunicação (Sholle, 1995; Varão, 2008). Os aportes ao assunto Comunicação, em sua variedade de recortes e possibilidades, transitaram ao longo do século XX – e parecem seguir um caminho semelhante neste século XXI – entre diversas formas de institucionalização, seja pensado como um setor estratégico, se é possível denominar assim o início da pesquisa atrelada à política nos Estados Unidos, seja pensada como fator de compreensão das formas

de hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. O vínculo ao espaço universitário parece não ter sido contestado; pode-se perguntar, no entanto, a quais setores desse espaço foi estabelecida essa ligação.

Ao lado dos autores, o exame das temáticas da área oferece alguma evidência empírica para essa colocação. Os “estados da arte” publicados sobre as pesquisas em Comunicação, tanto no Brasil quanto no exterior, apontam para essa desarticulação epistemológica – o grau de consenso que permitiria definir fronteiras da área por suas qualidades específicas de diferenciação é baixo (Craig, 1999; Bryant & Thompson, 1998; Herkmann, 2008; Peruzzo, 2002; Martino, 2008, 2009). Faz sentido, aliás, que autores de áreas diferentes tenham suas próprias concepções e visões sobre a Comunicação (Sholle, 1995, p. 133).

É possível notar que cada teoria parece incidir sobre um aspecto dos fenômenos de Comunicação, aumentando ainda mais a dispersão do foco teórico e dificultando, de algum modo, o diálogo não só entre a Comunicação e outras áreas do saber, mas o que se poderia chamar diálogo “intradisciplinar” entre as várias propostas teórico-epistemológicas presentes na área. Os diversos modelos e paradigmas adotados simultaneamente na Comunicação não parecem manter diálogo na incompatibilidade entre as definições de objeto propostas pelas diversas teorias usadas. Craig refere-se a esse fenômeno ao dizer que

Não há um canon teórico geral ao qual eles todos se referem. Não há objetivos comuns que os una nem um debate que os divida. Em sua maior parte, simplesmente ignoram-se uns aos outros (Craig, 1999, p. 119).

Ao mesmo tempo, a questão do objeto específico liga-se às premissas epistemológicas da área, que, com o risco inerente à toda esquematização, poderia ser pensado em termos de algumas proposições e questionamentos:

- a) Qualquer objeto pode ser estudado como “Comunicação” uma vez que tudo o que é humano está carregado de significados. Nesse caso, no entanto, o estudo dos fenômenos comunicacionais não estaria diluído entre outras áreas do saber?
- b) Nem tudo pode ser tomado como “Comunicação”. Há limites para o que pode ou não ser estudado na área. O problema, aqui, constitui-se na hora de estipular quais são os limites e os critérios que serão usados para delimitar o campo. Como seria feita essa definição?
- c) A Comunicação tem um modo de olhar para os objetos; não tem um método específico, mas constitui-se como um olhar, uma abordagem dos objetos a partir de um ponto de vista particular. Neste caso, como delimitar a especificidade desse olhar, sua constituição e limites?

Dessa maneira, à consolidação institucional da área de Comunicação parece corresponder uma dispersão epistemológica no que diz respeito a itens fundamentais para a constituição de uma área. Como, pergunta Sholle (1995, p. 133), apesar de sua história interdisciplinar, a Comunicação se tornou uma disciplina? A razão, para o autor, está na observação da história do campo como um campo prático com conexões com a indústria e a profissionalização.

De outro lado, há necessidade de qualquer acordo a respeito das premissas epistemológicas que orientam a área? Se há uma “crise de identidade” nos estudos de Comunicação e em sua definição como área do saber humano, não há algo semelhante em outras áreas, ao menos nas Ciências Humanas? Estariam outras áreas plenamente estabelecidas, com objetos, metodologias e temáticas definidas? Ou, nas margens do conhecimento, as sobreposições não criam constantes instabilidades, definidas na prática? Desse ponto de vista, a ausência atual, mas também a busca, de critérios consensuais para definir o que pertence ou não à Comunicação garante não apenas a dinâmica da área, mas constitui-se sua diferença específica na incorporação de temáticas, autores e saberes apropriados como “da Comunicação”.

É possível compartilhar, nesse ponto, a opinião de Lopes (2001) sobre a consolidação e o desenvolvimento da área. Ou, como indica Craig:

Embora teoria da comunicação não seja ainda um campo coerente, creio que pode e deve se tornar um. Um campo vai emergir na medida em que nós, teóricos da comunicação, nos envolvermos como objetivos, questões e controvérsias sociais que perpassam várias tradições disciplinares, especialidades, metodologias e escolas de pensamento que atualmente nos dividem (Craig, 1999:119).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em Comunicação parece ter estado ligada, em suas origens, às demandas do mercado por profissionais qualificados e à busca por informações a respeito dos potenciais efeitos dos meios de comunicação na população, com especial atenção aos seus efeitos na política. O primeiro fator levou à formação de cursos universitários de Jornalismo e, posteriormente, de Comunicação Social, ora tendendo para uma grade humanística, ora dedicando-se à técnica (Melo, 1974; Lima, 2001; Afonso, 2006). Do segundo resultou o que se entende, no sentido moderno, por pesquisa sobre Comunicação (Lopes, 2003).

É preciso, no entanto, compreender essas afirmações dentro da pluralidade de perspectivas que forma a área de Comunicação e compreender como essa mesma pluralidade se torna, na pesquisa, um objeto de análise a respeito das condições de formação e institucionalização da área.

A constituição da área de Comunicação foi um processo multifatorial, no qual

elementos políticos, econômicos e epistemológicos estiveram em diálogo – um diálogo por vezes assimétrico, mas que não parece ter implicado em momento algum o desaparecimento de um desses termos. Sublinhar esses paralelos entre o político e o epistemológico não indica uma possibilidade de redução da existência da área de Comunicação exclusivamente a fatores exógenos às suas buscas epistemológicas, nem que sua institucionalização acadêmica seria devida apenas ao uso político de um discurso formado sobre bases epistemológicas. A presença desses fatores não permite a redução a eles.

O argumento vai no sentido de propor que não é o consenso, mas justamente a existência do debate, que sustenta esse argumento. A indefinição de fronteiras epistemológicas pode eventualmente gerar dificuldades práticas no cotidiano do trabalho acadêmico, mas o esforço constante, em várias instâncias, no sentido de encontrar caminhos e definições parece indicar ao menos uma agenda de temas em discussão – a preocupação com as trilhas percorridas sugerem, para o futuro, uma redução no descompasso apontado neste texto.

As relações entre política e epistemologia nem sempre são visíveis. No caso da Comunicação, como se sugeriu nos itens anteriores, a formação da área aconteceu e se desenvolve em uma situação peculiar na qual dois elementos, o acadêmico-institucional e o epistemológico não parecem seguir no mesmo ritmo. No entanto, é possível pensar a perspectiva de abertura do campo – espaço no qual as políticas, em escala macro e micro, bem como os problemas epistemológicos, convergem em buscas – avançando, a cada vez, nas possibilidades de diálogo.

REFERENCIAS

- Afonso, M. A. (2006). Ensino: sonhos e pesadelos do curso pioneiro. In: Melo, José Marques. *Pedagogia da Comunicação: matrizes brasileiras*. São Paulo: Angellara.
- Barbosa, Marialva. (2004). A pesquisa em Comunicação no século XXI: bases para uma nova ciência? In: Melo, José Marques; Gobbi, Maria Cristina. *Pensamento comunicacional latino-americano*. São Paulo: Unesco/Metodista.
- Bourdieu, Pierre (1983). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Braga, José Luiz (2001). Constituição do campo da Comunicação. In: Fausto Neto, Antonio et al. *Práticas midiáticas e espaço público*. Porto Alegre: Ed. UFRGS,
- Bryant, Jennings e Thompson, Susan. (1998). Graduate Communication Programs. IN: Christ, William G. *Leadership in times of change*. Londres: Routledge.
- Bryant, J. e Miron, Dorina. (2004). Theory and research in mass communication. *Journal of Communication*. Vol. 54, No. 4, Dec.
- Doria, F. Dossiê. In: *Revista de Cultura Vozes*, No. Especial “Escolas de Comunicação e Profissionalização”. Petrópolis: Vozes, Ano 66, Vol. 66, No. 8, Out. 1972.
- Ferreira, Giovandro Marcus. As origens recentes: os meios de comunicação pelo viés do paradigma da sociedade de massa. In: Hohlfeldt, Antonio, Martino, Luiz Claudio França, Vera Veiga (2001). (Orgs.), *Teorias da comunicação: conceitos e escolas*. Petrópolis: Vozes.
- Ferreira, Jairo (2003). Campo acadêmico e epistemologia da comunicação. In: Lemos, André et al. (Orgs.) *Mídia.br*. Porto Alegre: Sulina.
- Ferreira, Jairo (2007). Questões e linhagens na construção do campo epistemológico da Comunicação. In: Ferreira, Jairo (Org.). *Cenários, teorias e metodologias da comunicação*. Rio de Janeiro: E-papers.
- Fuentes Navarro, Raúl El estudio de la comunicación desde una perspectiva sociocultural en América Latina. *Diá-logos de la comunicación*. Março 1992. Peru, n.49, pp. 16-25
- Herkman, Juha (2008). Current Trends in Media Research. *Nordicom* 29:1, pp. 145-159.
- Hickson, Mark; Stacks, Don W. Teaching the Introductory Communication Theory Course to Undergraduates. *Communication Quarterly*, Vol. 41, No. 3, Summer 1993, pp. 261-268.
- Hohfeldt, Antonio (2001). As origens antigas: a comunicação e as civilizações. In: Hohfeldt, Antonio; Martino, Luiz Claudio e França, Vera Veiga (Orgs.). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Vozes.

- Katz, Elihu (1987). Communications Research Since Lazarsfeld. *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 51, Part 2, pp. 25-45.
- Korman Dib, Sandra; Aguiar, Leonel de Azevedo; Barretos, Ivana. Economia política das cartografias profissionais: a formação específica para o jornalismo. *Revista de Economia Política de las tecnologías de información y comunicación*. Vol. 12, No. 2, Maio-Ago. 2010.
- Lima, V. Profissões e formação teórica em comunicação. *Revista Intercom*. No. 62/63, 1991.
- Lima, Venicio A. (2001). *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Lopes, Maria Immacolata Vassalo (2003). Sobre o estatuto disciplinar do campo da Comunicação. In: Lopes, Maria Immacolata Vassalo (2003). *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Loyola.
- Maldonado, Alberto Efendy (2002). Explorações sobre a problemática epistemológica no campo das ciências da Comunicação. *Ciberlegenda* No. 10.
- Martino, Luiz Claudio. (2001). Elementos para uma epistemologia da Comunicação. In: VVAA. *Campo da Comunicação*. João Pessoa: Editora da UFPB.
- Martino, Luis Mauro Sá (2008). A ilusão teórica no campo da comunicação. *Famecos*, No.38. Jun.-Ago. Porto Alegre.
- Martino, Luis Mauro Sá (2009). *Teoria da comunicação*. Petrópolis: Vozes.
- Martino, Luis Mautor Sá. O que foi Teoria da Comunicação? Um estudo da bibliografia 1964-1986. XXXIII Congresso da Intercom. *Anais do XXXIII Congresso da Intercom*. Caxias do Sul, 2 a 6 de setembro de 2010.
- Mattos, M. A. (2007). Desafios para a formação e o reconhecimento da identidade teórico-epistemológica do campo comunicacional e seus agentes acadêmicos. In: Ferreira, Giovandro Marcus; Martino, Luiz Claudio. *Teorias da comunicação*. Salvador, Edufba.
- Meditsch, Eduardo. Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*, Covilhã, 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-dilema-historico-jornalismo.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2010.
- Melo, José Marques (1974). *Contribuições para uma pedagogia da comunicação*. São Paulo: Paulinas.
- Melo, José Marques (2009). *História política das ciências da comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad.

- Montardo, Sandra Portella. Comunicação: campo de mediações e de complexidade. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 3 jan. 2011.
- Peruzzo, Cecilia M. Krohning. Tópicos sobre o ensino de comunicação no Brasil. Texto apresentado no V Lusocom. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Abril de 2002. Disponível em <www.ciciliaperuzzo.pro.br/.../topicos_sobre_o_ensino_de_comunicacao_no_brasil.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2010.
- Pignatari, Décio (1967). *Contracomunicação*. São Paulo: Perspectiva.
- Romancini, Richard. *O campo científico da comunicação no Brasil*. São Paulo, Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes – USP, 2006.
- Sholle, David (1995). Resisting Disciplines: Repositioning Media Studies in the University. *Communication Theory*, 5 (2), pp. 130-143.
- Streeter, Thomas (1995). Introduction: for the Study of Communication and Against the Discipline of Communication. *Communication Theory*, 5(2), pp. 117-129.
- Varão, Rafiza. Notas Sobre o Mito dos Quatro Fundadores do Campo Comunicacional: Coisas que Ninguém Nunca Viu Antes e Pensamentos que Ninguém Teve. In: *XXXI Congresso da Intercom*. Natal, RN. *Anais do XXXI Congresso da Intercom*. 2 a 6 de setembro de 2008.
- Villanueva, Eric Torrico (2010). *Comunicación, de las matrices a los enfoques*. Quito: Intiyan/Ciespal.